

Cadernos  
**MUrb**  
Morfologia  
Urbana  
estudos da cidade portuguesa

## O Tempo e a Forma

2

# 1

## Carlos Dias Coelho

Arquitecto; doutorado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; coordenador do grupo de investigação FORMA URBIS Lab.

# Os Tempos da Cidade

## A evolução da forma urbana

13

“Uma cidade é mais obra do tempo do que do arquitecto.”<sup>[1]</sup>

Léonce Reynaud

### 1. O tempo como dimensão da forma da Cidade

A autonomia de abordagem à cidade a partir da sua forma implica tanto a leitura dos tecidos urbanos tal como se reconhecem num determinado momento, resultado de um processo sedimentar, como a sua projecção num qualquer futuro, seja este temido ou desejado.

Neste sentido, a forma urbana pode ser lida a partir da sua dimensão física, considerando os espaços e o edificado que solidariamente compõem o tecido urbano. Uma rua ou uma praça, ainda que numa abordagem analítica possam constituir um espaço uno e coerente, só podem ser verdadeiramente entendidos enquanto espaços dependentes do edificado que o define. Na mesma ordem de ideias, um quarteirão como unidade mínima de agregação de espaços privados, livres e construídos, também só pode ser verdadeiramente entendido a partir dos limites rigorosos impostos pelo espaço público, quaisquer que sejam os elementos urbanos que o configurem.

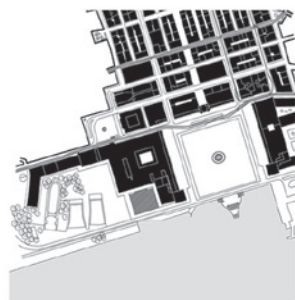
No entanto, as três dimensões físicas que definem os tecidos urbanos e os seus diversos elementos ao serem tomados num determinado momento, mesmo o momento presente, requerem um exercício de abstracção que implica que se considere a cidade construída sem a dimensão do tempo. Por outro lado, o objecto físico, mesmo que tomado num determinado momento por qualquer objectivo metodológico, só se explica como o resultado de acções e acontecimentos encadeados no tempo.

O estado de um tecido num fragmento de tempo é tanto o resultado de ideias e materializações intencionais como de acontecimentos

<sup>[1]</sup> CERDÀ (1979), p. 231.



a.



b.



c.



d.



e.

**[fig. 1.2] O tempo do Terreiro do Paço | Praça do Comércio.**

- a. Praça do Comércio 2100 (Urbanized Estuaries and Deltas).
- b. Praça do Comércio 2014 (Remodelação da Ribeira das Naus).
- c. Praça do Comércio imagem aérea actual (2007).
- d. Praça do Comércio 1911 (Silva Pinto).
- e. Terreiro do Paço 1650 (João Nunes Tinoco).

Além destes movimentos autónomos das parcelas temos ainda de contar com a tensão entre estas – em conjunto compõem o espaço privado da cidade – e a grande parcela que constitui o espaço público. Esta relação varia substancialmente ao longo do tempo e reflecte a força, fragilidade ou mesmo a ruptura do poder colectivo na sua capacidade em criar regras e fazê-las cumprir.

A violência e a tensão entre o período de tempo que caracteriza a realidade de muitos tecidos faz com que a resistência de muitas das componentes nos surpreenda e que estes ainda contenham as marcas tão evidentes da sua evolução.

## 2. Os tempos da Cidade

Ao reflectirmos sobre os tempos que simultaneamente ocorrem na cidade e se expressam no tecido edificado não podemos deixar de fazer um paralelo com o modo como Fernand Braudel abordou a questão do tempo na História.

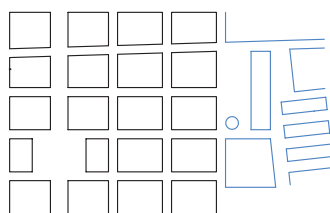
A existência de três distintos tempos – o tempo curto dos acontecimentos; o tempo médio dos impérios; e o tempo longo do meio e das práticas culturais que atravessam as civilizações – é referida por Braudel como uma chave de leitura para a compreensão da evolução das nossas sociedades. Mas o historiador destacou claramente a diferença entre uma abordagem metodológica, que os pode e deve considerar distintamente, e a existência do indivíduo em determinado momento, que vive simultaneamente todos estes tempos que, para mais, se multiplicam por não haver coincidência na vivência dos tempos por todos os indivíduos ou sociedades.

Trazendo esta questão para a cidade, considerando tanto o objecto construído como o modo como é usado, podemos estabelecer também um conjunto de tempos distintos na experimentação da cidade.

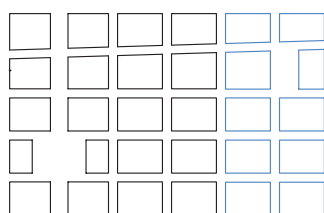
O primeiro tempo que deve ser considerado é o tempo do indivíduo que dispõe da cidade. Pela regularidade da existência da vida humana é talvez o tempo mais compassado de todos e de uma fatalidade ainda inultrapassável. Só por excepção é que a substituição de um “tecido” humano se dá de uma forma global e simultânea<sup>171</sup>. Em rigor esta substituição sempre permanente e dessincronizada é o factor responsável pela transmissão das práticas e regras de utilização e produção do suporte edificado.

O segundo tempo é o tempo das práticas e usos urbanos. Se alguns usos e funções urbanas são de uma grande volatilidade, também temos de considerar que muitos deles se caracterizam pela sua permanência ao longo de décadas, ou mesmo de séculos, assistindo à passagem de várias gerações de indivíduos.

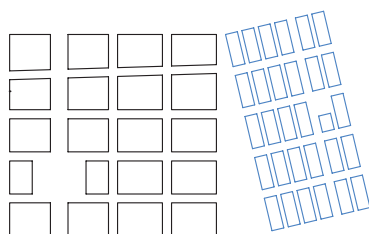
<sup>171</sup> O abandono integral da população da praça de Mazagão, no século XVIII, por determinação da Coroa constitui uma assinalável excepção à regra da continuidade da ocupação.



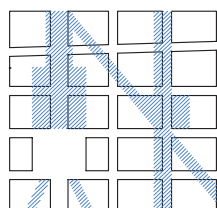
a. Adição elementar.



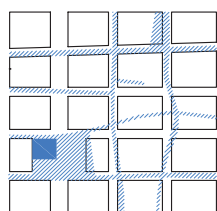
b. Adição por extensão.



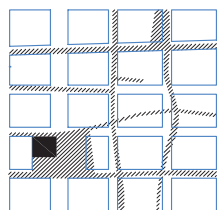
c. Adição por justaposição.



d. Sobreposição.



e. Evolução sedimentar.

f. Evolução sedimentar  
(por rectificação).| fig. 1.6 | Modelos de Evolução  
do Tecido Urbano.

### 3.2. Sobreposição

O processo de sobreposição é de mais difícil concretização e pressupõe geralmente a intervenção deliberada de um forte poder colectivo. Este ocorre quando existe uma vontade expressa de reestruturar um tecido existente, reinterpretando-o e sobrepondo-lhe, de um modo singular ou de conjunto, uma ordem urbana de hierarquia superior. A sobreposição realiza-se por impossibilidade prática e material de substituir integralmente um tecido e, através da distribuição de elementos urbanos pontuais, permite a alteração da importância e da relação entre elementos preexistentes. A implementação deste processo é feita à custa de rasgamentos no tecido e demolições, afigurando-se como uma intervenção urbana sempre violenta.

Na cidade portuguesa não encontramos sobreposições tão globais e articuladas como as de Roma de Sisto V ou da Paris de Haussmann. No entanto, encontramos exemplos mais singulares que se concentram particularmente entre os séculos XVIII e XX.

### 3.3. Evolução sedimentar

O fenómeno da evolução sedimentar é o mais comum e atinge todos os tecidos urbanos, independentemente de estar articulado com os dois processos anteriores. Resulta do movimento de cada parcela por si e do movimento dos elementos do espaço público. A tensão entre as parcelas privadas e entre estas e o espaço público reconfigura lentamente os tecidos num tempo muito alargado, que se caracteriza basicamente pela sua deformação.

Mas, neste caso, há também que considerar de modo excepcional o movimento inverso. Quando o poder colectivo decide controlar um tecido “rectificando-o” e, para isso, recorre a acções regulamentares, incentivos e acções de substituição pontual do edificado. Esta variante concentra-se em processos de rectificação ocorridos sobretudo nos séculos XIX e XX.

## 4. O tempo nos tecidos

Como exercício complementar à evolução de casos em concreto, podemos analisar três amostras de tecido da cidade tal como se encontram na actualidade para compreender o seu estado no processo evolutivo [fig. 1.7].

Um segmento do bairro de Alvalade expõe um tecido com origem num projecto relativamente recente, onde não se constata qualquer alteração relevante do edificado. Para além de algumas aferições na relação entre os lotes e o espaço público ocorridas no início da existência do bairro e em resultado de o modelo urbano aplicado apresentar áreas de destino menos claro do que a prática urbana na cidade à época, o parcelário ainda não produziu qualquer movimento evidente de renovação do edificado. De um modo geral podemos dizer que a amostra exibida de Alvalade se mantém tal como foi construída durante os anos 40 e 50 do século XX, isto é, ao tempo da sua execução.